Oposição fará plantão durante o recesso

Isaac Amorim 14-1-94

O Congresso Nacional deve encerrar hoje as atividades do semestre com a votação pelo Senado, em primeiro turno, da emenda constitucional que abre o setor das telecomunicações à iniciativa privada e a aprovação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

Mas, mesmo em férias o Legislativo não deverá fechar suas portas durante o mês de julho.

Enquanto um grupo de líderes dos partidos de oposição se mobiliza para tentar derrubar o recesso, lideranças governistas e dos partidos aliados admitem que não há como adiar, para agosto, o início da discussão da medida provisória da desindexação da economia.

Inconformado com a idéia de entrar em férias depois de "uma MP que tem impacto brutal sobre os salários e o setor financeiro", o líder do PC do B na Câmara, Aldo Rebelo (SP), está articulando uma fórmula para evitar o recesso.

Plantão — "Já conversei com o Miro Teixeira (líder do PDT) e o Jacques Wagner (líder do PT) e decidimos fazer um plantão", revelou Rebelo.

Precavido, o líder do governo no Congresso, deputado Germano Rigotto (PMDB-RS), cancelou a viagem que faria ao exterior e está se preparando para enfrentar, pelo menos, a discussão informal da MP da desindexação.

"O mês de julho não vai ser de folga", admitiu Rigotto. Ele lembra que antes de entrar em recesso, o Congresso terá que instalar a comissão mista de sete senadores e sete deputados que dará parecer sobre a MP da desindexação.

Como o comando das comissões é definido pelo sistema de rodízio entre as duas maiores bancadas — PMDB e PFL —, um pefelista deverá ficar com a presidência e um peemedebista com a relatoria.

Cotados — Os nomes serão definidos até amanhã, mas o mais cotado para presidir a comissão é o deputado José Jorge (PFL-PE), enquanto a relatoria deve ficar entre os deputados Geddel Vieira Lima (BA) e Aloysio Nunes (SP), ambos do PMDB.

Aldo Rebelo reconhece que não será fácil reverter a decisão do recesso, mas argumenta que a MP é um fato novo que precisa ser considerado.

"Há aspectos que não podem aguardar até agosto, como a tamanha interferência nas relações entre empregados e empregadores", argumenta.

"Em que porta os sindicatos e movimentos sociais irão bater se o Congresso estiver fechado?", indagou.